



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 06/10/2011 às 17h10

Valéria / Mat. 48957

CONGRESSO NACIONAL

MPV 545

00034

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 545
------	--

autor Mara Gabrielli - PSDC	nº do prontuário
--------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> 1 Supressiva	<input type="checkbox"/> 2 substitutiva	<input type="checkbox"/> 3 modificativa	<input type="checkbox"/> 4 aditiva	<input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se nova redação ao inciso III do artigo 9º da Medida Provisória 545 de 2011:

“Art.9.....

III – ampliar a diversidade social dos frequentadores de salas de cinema, com atenção a políticas de redução de preços dos ingressos para a população de baixa renda e a ampliação do número de salas acessíveis às pessoas com deficiência.

.....(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

É indiscutível que a atenção ao público de baixa renda, como consumidor de cultura, na forma originalmente estabelecida no inciso III do artigo 9º da MP 545, é meritória. Baratear o acesso à cultura para uma parcela da população com tantas restrições orçamentárias é um objetivo indispensável para a democratização que se pretende alcançar com a presente MP. Não obstante também a população com deficiência precisa ser contemplada e alcançada como objetivo da medida, já que as intervenções em acessibilidade não aumentam custos de obra alguma e dão conta de democratizar de maneira completa os espaços planejados por seus preceitos. Também a população de baixa renda se beneficia desta medida, já que o crescimento que se obtém quando há acesso à cultura é ainda maior quando há convivência mútua com pessoas diferentes de nós. Consumir cultura ao lado de um deficiente visual, por exemplo, é uma experiência ainda mais enriquecedora para qualquer pessoa. E mais além, o Estado simplesmente não pode ignorar o direito destes brasileiros de serem contemplados em todos os serviços, programas e espaços pensados pelo Poder Público. Em suma, a redação oferecida pela emenda não afasta os objetivos do Poder Executivo e, muito pelo contrário, amplifica, humaniza e potencializa os efeitos do Programa estabelecido pela presente Medida Provisória.

PARLAMENTAR

